

Citibank vai manter por mais 90 dias os créditos ao Brasil

JORNAL DO BRASIL

7 AGO 1985

São Paulo — O Citibank, um dos maiores credores do país, irá prorrogar por mais 90 dias o prazo de vigência das linhas de financiamento de curto prazo, informou, ontem, o presidente do Conselho de Administração do banco, John Reed, que recebeu do Presidente José Sarney a solicitação de que transmita aos demais credores do país uma imagem otimista da atual situação brasileira.

De acordo com Reed, que foi recebido em audiência pelo Presidente na segunda-feira, Sarney quer que os bancos internacionais entendam que a Nova República precisa de um tempo hábil para efetuar uma programação econômica para o país. O pedido do Presidente da República ao Citibank, explicou Reed, se deve ao fato de ele ser o banco que melhor conhece a conjuntura econômica brasileira, sendo, portanto, o mais indicado para prestar esclarecimentos sobre o Brasil aos mais de 700 bancos credores.

Em resposta a Sarney, Reed afirmou que a comunidade financeira internacional já tem uma imagem "muito positiva" do novo Governo e está bastante impressionada com as medidas econômicas que vêm sendo adotadas. Apesar disso, Reed, no discurso que fez durante almoço em sua homenagem organizado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil, garantiu que o controle de preços e as elevadas taxas de juros constituem fatores inibidores à presença e à vinda de capitais estrangeiros de risco para o Brasil.

Em entrevista, o banqueiro norte-americano observou que não há a menor possibilidade de o Brasil concluir com os bancos um esquema de reestruturação de pagamentos para o período de 1985 a 1991, sem que, antes, seja firmado um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Esta é a nossa filosofia de trabalho. O FMI tem a experiência e a tradição necessárias para orientar os países na confecção de programas econômicos", ressaltou Reed.

Mesmo que as autoridades brasileiras não consigam assinar com o FMI um acordo até o final do mês, o Citibank está disposto a estender por mais três meses o prazo de vigência das linhas do crédito interbancário (projeto 3) e de financiamento ao comércio (projeto 4), que expira no dia 31. Se não for possível o acordo com o fundo e se a prorrogação se tornar necessária, o Citibank, enquanto líder do comitê de credores, irá propor a dilatação do prazo aos demais credores.

O banqueiro não crê na possibilidade de o acordo com o FMI vir a ser assinado apenas em 1986. O importante, em sua opinião, é que as partes cheguem a um consenso o "mais urgentemente possível". Mas, mesmo na hipótese de o acordo sair, por exemplo, apenas em novembro, ele, segundo Reed, também terá validade para 1986.

Reed afirmou que a idéia, que vem sendo defendida, da capitalização dos juros é "intelectualmente confortadora mas não tem ligação com a realidade". O mercado financeiro internacional não está preparado para efetuar tecnicamente uma capitalização de juros, que, por desarranjar todo o mecanismo hoje consagrado de negociações com bancos e FMI, seria uma medida "desastrosa".

Para Reed, como o Brasil não irá precisar de "dinheiro novo" pelos próximos três ou quatro anos, não será necessário mudar as atuais regras do jogo para que o país sustente o seu crescimento. Ele defendeu, contudo, a idéia de que o Brasil precisa basear o seu desenvolvimento na atração de capitais estrangeiros de risco. Para isto, segundo ele, é preciso permitir que as empresas fixem livremente os preços dos seus produtos e que as barreiras ao ingresso de investimentos estrangeiros sejam abolidas.

Apesar de as condições ao ingresso do capital externo não serem ideais, o Citibank, segundo Reed, está disposto a continuar investindo no Brasil para prosseguir crescendo. Ressaltou, contudo, que os recursos seriam expressivos — de 300 milhões a 400 milhões de dólares — se fossem estabelecidas regras mais flexíveis, como, por exemplo, a permissão para que o Citi compre outros bancos e abra novas agências.